



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0191400-3**  
**AGRAVANTE:** Carlos Alberto Carvalho Galvão  
**AGRAVADO:** Estado de Pernambuco  
**RELATOR:** Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM EXECUÇÃO FISCAL. INOCORRÊNCIA DE DECADÊNCIA OU PRESCRIÇÃO. HIGIDEZ DA PRETENSÃO FAZENDÁRIA CONCERNENTE AO REDIRECIONAMENTO DO FEITO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Na espécie, o crédito objeto da execução fiscal subjacente remonta ao período compreendido entre os meses de janeiro e maio de 1992 e a correspondente inscrição na dívida ativa ocorreu em 1998. 2. Nesse ínterim, houve a instauração (em 1994, mediante a lavratura de auto de infração, que consubstancia lançamento de ofício do crédito tributário) de procedimento administrativo (do qual participou a empresa autuada) que somente se encerrou em 1997. 3. Diante desse cenário, para além de inexistente a suscitada decadência do direito de constituir o crédito em questão, não se visualiza a suposta prescrição da pretensão executiva, tendo em conta que a propositura do processo executivo ocorreu em 1998, menos de 01 (um) ano depois da constituição definitiva do crédito. 4. Do mesmo modo, revela-se inócurrenre a prescrição quanto à pretensão de redirecionamento do feito, valendo ressaltar que, desde o início da execução (em 10/02/1999), a Fazenda exequente vem manifestando o seu interesse nesse sentido. Precedentes. 5. Agravo improvido. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo de Instrumento nº 0191400-3, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 27 de março de 2013 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0191400-3**  
**AGRAVANTE:** Carlos Alberto Carvalho Galvão  
**AGRAVADO:** Estado de Pernambuco  
**RELATOR:** Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **agravo de instrumento** ajuizado contra a seguinte decisão, proferida pelo Juízo da 1ª Vara dos Executivos Fiscais Estaduais da Comarca da Capital, nos autos da **Execução Fiscal** NPU 0015427-60.1998.8.17.0001:

- “(…) 1. A Exceção de pré-executividade diz respeito à suposta extinção do crédito tributário em face de suposta ocorrência de Decadência e de Prescrição.  
2. Quanto à alegação de Decadência, observe-se a inoccorrência de prazo superior ao definido em lei (art. 173 do CTN) entre a data do primeiro dia do exercício seguinte ao da ocorrência do fato gerador e do primeiro ato de constituição do crédito tributário.  
3. Quanto à alegação de Prescrição, verifica-se a sua inoccorrência em face da inexistência de transcurso de prazo superior ao definido em lei (art. 174 do CTN) por inércia exclusivamente imputável ao Exequente. Aplicação da súmula 106 do STJ e art. 219, §5º do CPC.  
4. Ante o exposto, conheço da Exceção de Pré-executividade oposta, julgando pela sua improcedência. (...)” Fl. 145.

Inconformada, a parte agravante alega, em suma, que, na espécie, ter-se-ia consumado a prescrição, seja à vista do art. 150, § 4º, seja à vista do art. 174, ambos do Código Tributário Nacional.

Nessa direção, pede o provimento do agravo, a fim de que, reformada a decisão combatida, seja decretada a prescrição invocada nesta sede instrumental.

O Estado de Pernambuco apresentou resposta a este recurso, requerendo a manutenção do *decisum* vergastado.

É o relatório.

Inclua-se em pauta para julgamento oportuno.

Recife, 13 de março de 2013.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

82  
2

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0191400-3  
AGRAVANTE: Carlos Alberto Carvalho Galvão  
AGRAVADO: Estado de Pernambuco  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

De proêmio, impende salientar que o termo inicial para a contagem do prazo prescricional para a cobrança do crédito tributário deve corresponder à data de sua constituição definitiva, nos precisos termos do art. 174, *caput*, do CTN (*"A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva"*).

Sob essa perspectiva, a expressão *"constituição definitiva"* significa o esaurimento da instância administrativa (na qual se inserem a notificação do débito e o prazo para a apresentação de defesa por parte do contribuinte), posto que, antes de tal esgotamento, o crédito tributário, não obstante já tenha sido lançado, não é exigível ao contribuinte, sendo certo que, em decorrência óbvia dessa inexigibilidade, não flui o prazo prescricional.

Por conseguinte, malgrado o crédito objeto da execução fiscal subjacente remonte ao período compreendido entre os meses de janeiro a maio de 1992 e a correspondente inscrição na dívida ativa tenha ocorrido em 23/03/1998 (fl. 20), não há que se cogitar, *in casu*, de prescrição, haja vista a instauração (em 1994, mediante a lavratura de auto de infração, que consubstancia lançamento de ofício do crédito tributário, cf. art. 2º, I, "a", da Lei Estadual nº 10.654/91) de procedimento administrativo (do qual participou a empresa autuada) que somente se encerrou em 1997 (fls. 111/144).

Diante desse cenário, para além de considerar inexistente a suscitada decadência do direito de constituir o crédito tributário em questão, não visualizo a suposta prescrição da pretensão executiva, tendo em conta que a propositura da ação subjacente ocorreu em 27/04/1998 (fl. 19), ou seja, menos de 01 (um) anos depois da constituição definitiva do crédito.

Em sucessivo, observo que o agravante defende ainda a ocorrência da prescrição em relação ao redirecionamento da execução fiscal em apreço.

Todavia, após analisar os autos, tenho que, também quanto a esse aspecto, revela-se inconsistente a pretensão recursal sob exame.

A propósito do tema, destaco os seguintes eventos processuais: (i) a citação da pessoa jurídica executada ocorreu em 28/08/1998 (fl. 23v); (ii) em 10/02/1999, a Fazenda requereu o redirecionamento da execução (fl. 26), no que foi atendida, em 13/10/1999, pelo Juízo *a quo* (fl. 29); (iii) quase (05) cinco anos se



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

83  
2

passaram sem que a decisão autorizadora do redirecionamento fosse atendida, quando, em 27/09/2004, o Estado compareceu espontaneamente aos autos para pedir o cumprimento dessa decisão (fl. 32); (iv) em 1º/10/2004, o magistrado condutor do feito revogou a aludida decisão, por entender que não havia causa suficiente para o pretendido redirecionamento (fls. 35/36); (v) o Estado agravou dessa nova decisão (fls. 45 e ss.), recurso que findou por ser convertido à sua modalidade retida (fl. 73); (vi) em 08/08/2006, o exequente requereu a expedição de mandado de verificação, com o propósito de demonstrar que a empresa executada não mais funcionaria no seu endereço social, reiterando, caso atestado o encerramento irregular das suas atividades, o pedido de redirecionamento outrora formulado (fls. 73/74); (vii) em 16/05/2008, a parte ora agravante, comparecendo espontaneamente aos autos, opôs a exceção de pré-executividade (fls. 86/98), que, rejeitada, deu origem ao presente agravo de instrumento.

Diante do panorama suso retratado, não visualizo a ocorrência da prescrição quanto à pretensão de redirecionamento do feito, valendo ressaltar que, desde o início da execução (em 10/02/1999, cf. fl. 26), a Fazenda exequente vem manifestando o seu interesse nesse sentido.

Por relevante, assinalo que este Colegiado já teve oportunidade de apreciar hipóteses análogas, inclusive por ocasião do julgamento de agravos de instrumento tirados de execuções fiscais nas quais figuram as mesmas partes aqui adversas.

Nessa linha, apresento, a título meramente ilustrativo, os seguintes precedentes, cujos fundamentos incorporo a este voto como razões de decidir:

“EMENTA: TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CRÉDITOS DE ICMS. PRESCRIÇÃO NÃO CARACTERIZADA. INTELIGÊNCIA DO ART. 174 DO CTN. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Mostra-se de grande valia mencionar que, segundo o disposto no art. 174 do CTN, a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve no prazo de cinco anos contados da data de sua constituição definitiva (lançamento). 2. Faz-se mister salientar que, no caso em concreto, a questão deve ser decidida à luz do art. 174, parágrafo único do CTN, vigente à época, antes do advento da LC nº 118/2005, segundo o qual somente a efetiva citação do executado teria o condão de suspender a curso da prescrição (e não o mero despacho que a determinou). 3. No caso concreto, a Fazenda Pública ajuizou a demanda em 26/05/1998, e a efetiva citação do devedor veio a ocorrer em 05/11/1999, marco a partir do qual fica interrompido prazo prescricional, recomeçando-se a sua contagem por inteiro, de forma que resta hígido o pedido de redirecionamento perpetrado em março de 2000, contra os sócios da empresa executada, o qual fora deferido em junho de 2002, não se configurando prescrito o crédito tributário objeto da execução de origem. 4. Precedentes do STJ. 5. À unanimidade foi improvido o presente recurso de agravo.”

(Recurso de Agravo nº 0096470-3/01, Rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgamento em 10/12/2009).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

“EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO. INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. SÚMULA Nº 106 DO STJ. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO DE FORMA INDISCREPANTE. 1. É sabido que o STJ já firmou entendimento no sentido de que o redirecionamento da execução fiscal contra o sócio-gerente, administrador ou controlador da sociedade empresarial deve se dar no prazo máximo de cinco anos, contados da data da citação da pessoa jurídica (Resp 996.409/SC, AgRg no REsp 966221/RS). 2. De acordo com o disposto na Súmula nº 106 do STJ, proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora da citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência. 3. Destarte, observando-se que, no caso em concreto, o requerimento de redirecionamento da execução fora formulado tempestivamente e que não houve falta de diligência por parte do exequente no que concerne ao impulsionamento do feito, nada há que se falar quanto à ocorrência de prescrição. 4. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao Recurso de agravo.”

(Recurso de Agravo nº 0177850-1/01, Rel. Des. José Ivo de Paula Guimarães, julgamento em 13/08/2009).

“EMENTA: TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DEMORA NA CITAÇÃO. MECANISMO JUDICIÁRIO. PRESCRIÇÃO NÃO CARACTERIZADA. SÚMULAS 106/STJ. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A fazenda estadual requereu o redirecionamento do executivo fiscal contra os sócios da empresa executada dentro do quinquênio legal. 2. A demora na prestação jurisdicional de origem não se deu por culpa ou concorrência do exequente, mas sim por dificuldades do aparelho judiciário, razão pela qual não deve ser reconhecida a prescrição intercorrente aos sócios co-responsáveis. 3. Súmula 106 do STJ. 4. Precedente do STJ. 5. Recurso de agravo improvido, à unanimidade.”

(Recurso de Agravo nº 0177814-5/01, Rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgamento em 08/01/2009).

Por todo o exposto, **nego provimento** a este **agravo de instrumento**.

É como voto.

Recife, 27 de maio de 2013.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator